



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

**Informação nº:** 39/2019 - ATE

**Processo nº:** 38.279/2017

**Interessado:** Gibrail Nabih Gebrim

**Assunto:** Monitoramento de Decisões

**Ementa:** Multa aplicada ao Sr. Gibrail Nabih Gebrim, por meio da Decisão nº 6524/2011 e do Acórdão nº 245/2011, proferidos no âmbito do Processo nº 15.231/2009. Fichas Financeiras atestando descontos em folha de pagamento nos exercícios de 2015 e 2016. Recolhimento insuficiente. Decisão nº 1275/2018 determinando a continuidade dos descontos em folha de pagamento. Ofício SEI-GDF nº 453/2018 - SEE/GAB informando acerca da impossibilidade de cumprimento da determinação, em virtude de cassação de aposentadoria. Pela remessa dos autos ao Ministério Público especializado, para providências junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF para cobrança judicial do débito remanescente.

Senhor Chefe da ATE,

O presente processo trata do acompanhamento dos pagamentos efetuados pelo Senhor Gibrail Nabih Gebrim, em razão da multa que lhe fora imputada por meio da Decisão nº 6524/2011 e do Acórdão nº 245/2011<sup>1</sup>.

2. Por intermédio da Decisão nº 1275/2018, o Tribunal tomou conhecimento das cópias das fichas financeiras retiradas do SIGRH (e-Doc B559878F), comprovando descontos em folha de pagamento até novembro de 2016, bem como determinou à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que desse continuidade aos

---

Processo nº 15.231/2009



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

descontos em folha de pagamento até a completa extinção do saldo apurado à época (R\$. 5.432,93).

3. Nesta oportunidade, examina-se Ofício SEI-GDF nº 453/2018-SEE/GAB e seus anexos (e-DOC 30EF0610-c), informando a impossibilidade de cumprimento da Decisão nº 1275/2018, uma vez que o Decreto de 15/02/2017, publicado no DODF nº 34, de 16/02/2017 cassou a aposentadoria do Sr. Gibrail Nabih Gebrim, o que implicou a sua retirada da folha de pagamento da Jurisdicionada.

4. Confrontando o montante devido com a soma dos valores pagos, atualizados, remanesce o valor de R\$ 5.626,34 (cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme demonstrado no relatório detalhado dos valores e responsáveis do Processo nº 15.231/2009:

Nome	Tipo	Histórico	Débito corrigido (R\$)	Recuperado Corrigido (R\$)	Saldo
GIBRAIL NABIH GEBRIM	Imputação de multa pelo TCDF	- Cientificação/Notificação - Ingresso de Recurso - Prorrogação de Prazo p/Recurso - Recurso não provido - Cientificação/Notificação - Autorização parcelam/Desc. Folha	37.173,11	14.270,80 17.275,97	5.626,34
			T: 37.173,11	T: 31.546,77	

Fonte: Valores Responsáveis/Gerar Relatório Detalhado - Processo nº 15231/09 – GIBRAIL NABIH GEBRIM.

5. Observando não ser mais possível a continuidade dos descontos em folha de pagamento para fins de quitação do valor residual, e considerando a inércia do responsável desde o último desconto (novembro de 2016) em buscar outra forma de saneamento do seu débito, faz-se necessária a cobrança judicial do valor remanescente. Essa providência já foi autorizada no Acórdão nº 245/2011, o qual ordenou a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, caso não atendida a notificação. Assim, nessa fase processual, torna-se oportuno o encaminhamento da documentação pertinente à Procuradoria-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

Geral do Distrito Federal, por intermédio do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, para fins de cobrança judicial do débito remanescente.

Do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento do Ofício nº SEI-GDF nº 453/2018-SEE/GAB e seus anexos, dando conhecimento da impossibilidade do cumprimento do item II da Decisão nº 1275/2018, que determinou a continuidade do desconto em folha de pagamento do Sr. Gibrail Nabih Gebrim;
- II. autorizar o encaminhamento da documentação pertinente ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas, para adoção das providências necessárias à cobrança judicial da dívida remanescente no valor atualizado de R\$ 5.626,34 (cinco mil, seiscientos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), a teor do disposto no art. 29, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94 e do art. 217, II, da Resolução nº 296/2016;
- III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria-Geral de Controle Externo/TCDF para fins de arquivamento.

À consideração superior.

Brasília, 02 de outubro de 2019

Juliana dos Santos Guedes  
Técnica de Administração Pública

De acordo, em 02 de outubro de 2019.

**HUGO ALEXANDRE GALINDO**  
Chefe da Assessoria Técnica e de Estudos Especiais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

De acordo com a Informação n.º 39/2019, submeto o presente feito à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos da Resolução 140/2001, art. 1º. II-c.

Em 02 de outubro de 2019.

**FRANCISCO ANTÔNIO ALVES DE SOUSA**  
Secretário-Geral de Controle Externo